

ESP-CTO. EST. EDUC. TECNOL. P. SOUZA - CEETEP

# Estudo Técnico Preliminar 167/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 136.00114988/2025-32

## 2. Descrição da necessidade

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), uma autarquia do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo promove vários cursos de capacitações para professores e administradores escolares, além de diversos eventos.

Para tanto, exige uma empresa que satisfaça a operação dos sistemas de áudio e vídeo para fins de comunicação, entretenimento e educação.

Atualmente, existe o contrato nº 190/2019 vigente firmado com empresa Paulista, Gestão Empresarial e Serviços Terceirizados Eireli - ME que se finalizará em 07/12/2025.

Vale informar que esse serviço contínuo atende cerca de 900 (novecentos) agentes públicos sem contar visitantes, que são recorrentes na Administração Central.

Assim, para não haver a interrupção desse serviço, se faz necessária nova contratação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Administração da Sede - SAS	Doroti Masulim Infante de Melo

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1. Natureza do objeto.** Considerando que o objeto pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sua natureza refere-se a serviços comuns prestado de forma contínua, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

Sendo assim, deve ser licitado por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da lei, por menor preço.

#### 4.1.1. Tipo de empreitada

Optou-se por empreitada por preço global pois foi possível definir no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades de serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.

## 4.2. Exigências de qualificação técnica operacional

Considerando contratações anteriores e até mesmo rescisões unilaterais ocorridas em virtude de inexecução parcial ou total dos serviços relacionados ao objeto pretendido, verifica-se:

4.2.1 A importância de se exigir do licitante mais bem classificado exigências de qualificação técnica operacional e econômico-financeira. Para a qualificação técnica operacional deverá se exigir atestado de capacidade técnica de no mínimo 03(três) anos, nos termos do artigo 67 da Lei 14.133/2021, atestados ou certidões, emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexibilidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, com quantidades mínimas de 50% do objeto pretendido. Essa exigência é indispensável para verificar se a participante possui condições mínimas para executar os serviços, de forma a prevenir transtornos e até mesmo rescisões durante o desenvolvimento dos serviços. Sendo assim, tal exigência, além de resguardar o interesse público envolvido, prevenirá eventuais prejuízos diante de uma participante que não se encontra apta para prestar os serviços em comento.

## 4.3. Qualificação Econômico- financeira – art. 69 da Lei 14.133/2021

A exigência dessa qualificação permitirá que a Administração verifique a situação econômica e financeira da participante que ofertou a melhor proposta, será de suma importância que a futura contratada comprove que tenha condições de executar o objeto, sobretudo, considerando sua aptidão econômica para bancar os custos iniciais dos serviços até a concretização do primeiro pagamento.

Assim, a contratação estará voltada para aquele participante que de fato tenha condições de arcar com os custos inerentes à prestação dos serviços, o que resguardará a execução do objeto, bem como, o próprio erário e o interesse público envolvido. Por fim, as exigências serão verificadas de forma objetiva, observando as disposições legais correlatas.

### 4.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da participante

#### Participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial

A participação dessas empresas é permitida considerando a Súmula n.50 do TCESP para a empresa em recuperação judicial e as redações das minutas-padrão de Termo de Referência, disponíveis no [compras.sp](http://compras.sp), todavia, para resguardar a execução do contrato é importante, caso uma dessas empresas se consagre vencedora, apresentar antes da assinatura do contrato os documentos comprobatórios de que o respectivo plano (recuperação judicial/extrajudicial) está sendo cumprido. Além disso, é importante que a cada pagamento demonstre a manutenção dessa exigência, eis que o não atendimento a esses compromissos firmados, seja judicialmente ou extrajudicialmente, pode ensejar a falência da empresa, causando possível prejuízo à Administração. Para tanto, importante exigir na disputa uma declaração de que apresentara tais documentos na assinatura do contrato e impor tal exigência como obrigação da contratada. Assim, o Termo de Referência contemplará tais exigências.

### 4.3.2 Condições para formalização da contratação

Para o caso de adjudicatária em situação de recuperação judicial: apresentação, antes da assinatura do contrato, de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

Para o caso de adjudicatária em recuperação extrajudicial: apresentação, antes da assinatura do contrato, de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

Indicação do (s) representante (s) legal (ais) da adjudicatária para assinatura do contrato, informando os dados pessoais (nome completo, C.P.F) e o cargo/função, com a última alteração contratual e, se for o caso, com procuração pública ou particular com firma reconhecida que lhe dê os poderes para a assinatura do contrato.

Declaração que tem o devido conhecimento e observância às normas internas do CEETEPS, em especial acerca da integridade e combate à corrupção e/ou fraude, constantes da Portaria CEETEPS-GDS nº 4317, de 04 de fevereiro de 2025.

Recolhimento da garantia contratual, conforme justificado.

### 4.3.3. Balanço Patrimonial

Deverá exigir, nos termos do artigo 69 da Lei 14.133/2021, o Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis.

A ME/EPP interessadas deverão apresentar o Balanço nos termos exigidos no edital.

O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

### 4.3.4. Índices Contábeis

Demonstrar a situação econômico-financeira da empresa, mediante a apresentação dos índices contábeis maiores que 1, pois o que se busca é a participação de empresa que, efetivamente, tenha condições financeiras para executar o objeto e suportar as obrigações dele decorrentes.

Na esfera federal, os índices LG, SG e LC maiores que 1 (um) são padronizados pelo artigo 24 da IN SG/MPDG nº 03/2018, não havendo óbice para a incorporação do mesmo critério e da mesma redação.

#### **4.3.5. Patrimônio Líquido Mínimo – 10% do valor estimado da contratação para 12 meses.**

O patrimônio líquido corresponde à riqueza de uma empresa, aquilo que realmente pertence aos seus sócios ou acionistas. Em termos mais técnicos, é um indicador contábil que representa a diferença entre o ativo e o passivo da organização.

Portanto, patrimônio líquido são todos os bens e direitos que uma empresa possui, como dinheiro em caixa e imóveis, menos suas obrigações, como dívidas.

Dessa forma, considerando a possibilidade legal dessa exigência, nos termos do § 4º do artigo 69 da Lei 13.144/2021, por meio da comprovação do patrimônio líquido, a futura contratada demonstrará sua saúde financeira.

É fato que para uma empresa sobreviver e continuar competitiva ela precisa, indispensavelmente, de uma boa gestão financeira, o que, por óbvio, refletirá na execução do contrato.

Por isso, saber exatamente qual o patrimônio líquido de seu negócio é essencial para que a Administração evite a contratação com participantes aventureiros que não disponham da efetiva condição financeira para exercer e manter a execução dos serviços pretendidos.

Aliás, até mesmo para a implantação do serviço, a contratada necessitará ter condições prévias financeiras para custear os devidos gastos, mormente com mão de obra, até o recebimento do pagamento relacionado à contratação em apreço.

Afinal, não pode a Administração correr riscos, tampouco admitir aventureiros que não detenham condições de arcar com os compromissos determinados, motivo pelo qual a averiguação dessas condições resguardará a execução dos serviços e o próprio erário.

Todavia, considerando que o serviço possui uma natureza contínua, deverá ser observada a Súmula TCESP nº 37 do TCESP, que estabelece:

Em procedimento licitatório para contratação de serviços de caráter continuado, os percentuais referentes à garantia para participar e ao capital social ou patrimônio líquido devem ser calculados sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses).

Logo, propõe-se que a participante mais bem classificada demonstre, nos termos da lei e da Súmula citada, que possui patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação correspondente ao período de 12 (doze) meses.

#### **4.3.6. Obrigações da Contratada**

Fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Incluir nos valores propostos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, transporte, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do serviço.

Apresentar, a cada pagamento e sempre que exigido pela Contratante, se estiver na condição de recuperação judicial ou extrajudicial, as documentações que comprovem o devido cumprimento ao plano de recuperação judicial ou extrajudicial, conforme o caso, observando as normas legais e infralegais aplicáveis.

Fazer constar nas notas fiscais os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômica – CNAE relacionados especificamente ao objeto da contratação, observando as normas legais e infralegais aplicáveis.

Observar todas as regras legais e infralegais acerca do objeto pretendido, inclusive acerca de sustentabilidade.

Realizar o faturamento do objeto conforme as remessas de nota de empenho.

Cumprir todas as normas previstas no Programa Radar Anticorrupção instituídas pelo Estado de São Paulo, bem como pelas normas de integridade do contratante, em especial, Portaria 4.317, de 04 de fevereiro de 2025.

#### **4.4. Inviabilidade de participação de interessadas sob a forma de consórcios**

A vedação se justifica na medida em que é uma contratação de natureza comum, em que uma única fornecedora consegue executá-la, não há complexibilidades que exijam o consórcio de empresas, aliás, a possibilidade de consórcio nesse caso, poderia restringir a disputa. Entende-se que só é recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou complexidade, o que não é o caso para a contratação em apreço. Assim, para não restringir a disputa entende-se pela inviabilidade da participação de empresas reunidas em consórcio.

#### 4.5. Inviabilidade de participação de cooperativas

Considerando a Deliberação (SEI Nº 0017044/2021-10)[5] emitida em 15/12/2022 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio da qual informa que não há amparo legal para a participação de cooperativas de trabalho em procedimentos licitatórios voltados à contratação de serviços que, pela real natureza da relação a ser estabelecida, demandem subjacente vínculo de subordinação e dependência, bem como pessoalidade e habitualidade, entende-se, s.m.j., que para a contratação em apreço, que visa mão de obra alocada nas dependências das respectivas Unidade de Ensino, a participação de cooperativa iria ao encontro da indicada Deliberação, até porque não há como se falar que nesse tipo de serviço poderá não haver subordinação entre a cooperativas e os cooperados. Além disso, a falta de subordinação pode levar à inexecução do serviço e a dificuldades na aplicação de sanções e na própria fiscalização do contrato.

#### 4.6. Vedação de subcontratação

Não haverá necessidade de subcontratação, tendo em vista que um só fornecedor tem condições de realizar. Deste modo, a contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto em questão. Esta restrição possui base legal e visa garantir a responsabilidade e o cumprimento das obrigações contratuais, impedindo-se o repasse destas a terceiros.

4.7. **Vigência contratual** de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 anos, nos termos do artigo 106 e 107 da Lei 14.133/2021, após a verificação da real necessidade, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração.

Para a contratação e suas prorrogações deverão ser observados, a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como, a previsão no Plano Plurianual, quando ultrapassar um exercício financeiro.

4.8. **Sustentabilidade:** Além dos critérios estabelecidos em normas legais e infralegais relacionadas ao objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a. Adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios;
- b. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- c. Treinar e capacitar periodicamente seus empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e descartes adequados dos resíduos.
- d. Observar as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão, conforme o caso;
- e. Cumprir, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- f. Descartar, de forma ambientalmente adequada, todos os materiais, resíduos ou peças que forem inutilizados durante a execução dos serviços.

#### 4.9. Garantia da Contratação

Entende-se pela necessidade de garantia para resguardar a execução contratual, eis que se refere a serviços contínuos, cuja vigência contratual, nos termos da lei, pode se estender até 10 anos. Essa garantia visa prevenir a Administração de eventuais custos advindos da uma inexecução parcial ou total dos serviços, de forma a ser angariada caso seja necessário. Tal exigência, permitida por lei, protege o erário durante a execução dos serviços, e será exigida apenas da adjudicatária, não se revelando obstáculo à competição. A garantia deverá ser recolhida antes da assinatura do contrato, na proporção legal de **5%** do valor contratado, conforme regras a serem definidas previamente na minuta do contrato, **correspondente a 12 meses**.

#### 4.10. Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

No caso específico da contratação dos serviços de áudio e vídeo gerais não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

#### 4.11. Desnecessidade de Vistoria

Para os serviços em questão não há a necessidade de vistoria.

#### 4.12. Validade da Proposta

Considerando a discricionariedade sobre a validade da proposta nos termos do § 3 do artigo 90 da Lei 14.133/2021, bem como o tempo que pode levar para a conclusão de um procedimento licitatório, tendo em vista eventuais impugnações, recursos administrativos ou até mesmo representações ou ações judiciais, entende-se que a validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a fim de que a contratação ocorra dentro desse prazo.

#### 4.14. Declarações a serem exigidas no certame

- a) Tem o devido o conhecimento das regras voltadas à prevenção de fraude e corrupção nas contratações públicas do CEETEPS, conforme disposto no Portaria CEETEPS - GDS n. 4317/2025, anexa ao edital.
- b) Atenderá, caso seja o adjudicatário do certame, todas as condições para assinatura contrato, conforme exigências indicadas neste Termo.
- c) Que não se enquadra nas vedações previstas no item 3.6 do Edital.

## 5. Levantamento de Mercado

A contratação proposta neste estudo visa fornecer serviços de áudio e vídeo para os eventos e capacitações realizados nas salas de reuniões e nos auditórios do Centro Paula Souza.

O mercado não oferece muitas opções, uma vez que, precisamos somente da mão de obra, o Centro Paula Souza, já possui os equipamentos necessários para atender sua demanda de eventos, reuniões e capacitações.

A opção por terceirização deste serviço, se deve porque a instituição não possui internamente na estrutura de seu quadro de funcionários, pessoas com conhecimentos técnicos necessários para atender a essa demanda de forma regular e eficiente.

Outra vantagem dessa abordagem é que quando os equipamentos são manuseados por profissionais habilitados para essa função, danos por mal uso são evitados, garantindo assim um serviço contínuo e de qualidade.

Além disso, ao realizar um procedimento licitatório, o Centro Paula Souza terá a oportunidade de obter descontos significativos e negociar os preços, garantindo a viabilidade econômica do projeto.

Portanto, essa solução parece ser a mais adequada tanto em termos técnicos quanto econômicos para o Centro Paula Souza, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada, por meio de licitação, para a prestação de Serviço Operacional em Eventos – Operador de Equipamentos Audiovisuais, conforme detalhamento de especificações técnicas que constarão no Termo de Referência.

De acordo com a demanda, ao todo serão necessários 02 (dois) profissionais, que terão postos fixos na Sede Administrativa – Santa Ifigênia, no regime de 40 (quarenta horas) semanais, ficando estabelecido que, excepcionalmente, os serviços poderão ser, **nos endereços como segue, de acordo com a demanda, visto que** eventualmente os eventos organizados pelos diversos setores da Administração Central são realizados nas dependências das Unidades de Ensino.

- **SEDE ADMINISTRATIVA BOM RETIRO**

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA “PAULA SOUZA” – CEETEPS – Praça Coronel Fernando Prestes, 73 - Bairro Bom Retiro - São Paulo - SP

- **SEDE ADMINISTRATIVA SANTA IFIGÊNIA**

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA “PAULA SOUZA” – CEETEPS - Rua dos Andradas, 140 - Bairro Santa Ifigênia - São Paulo - SP

- **FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – Av. Tiradentes, 615 – Bairro Bom Retiro- São Paulo –SP

- **ETEC PARQUE DA JUVENTUDE**

ETEC PARQUE DA JUVENTUDE – Av. Cruzeiro do Sul, 2630 – Bairro Santana – São Paulo – SP

Os horários poderão ser alterados por conveniência, interesse e critério do CEETEPS. Porém, as cargas horárias não sofrerão alteração. Os eventos são realizados

Alguns eventos têm início previsto para as 07:00 horas, para que a equipe de apoio aos eventos, que compreende os serviços de apoio operacional em informática – Transmissão de áudio/vídeo, tenha tempo hábil para organizar e preparar os equipamentos a serem utilizados no evento.

A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, o Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nos termos da NR 6.

Avaliando a aplicabilidade do art 4º do Decreto 68.017/2023, temos a informar que:

**Artigo 4º** - A elaboração do ETP deverá considerar:

I - a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízo à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do artigo 25 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Informamos que não possuímos no quadro de funcionário pessoal habilitado para tal função.

II - a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do artigo 40 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Informamos que no serviço solicitado, não estão previstos manutenção ou assistência técnica.

III - as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Informamos que observamos a contratação anterior e mantivemos as especificações do serviço, pois atendem as necessidades da Administração Central.

IV - os ETPs de outros órgãos e entidades, disponíveis na base de dados do Sistema ETP Digital, voltados ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante.

Informamos que foram consultados ETPs de outros órgãos muito embora o serviço não era semelhante, pois precisamos somente de mão de obra e os documentos consultados possuíam o serviço completo, com locação, instalação e manutenção de áudio e vídeo.

A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, contados da data da sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, conforme o art. 106 c.c. art. 107 ambos da Lei 14.133/2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para fornecer uma estimativa detalhada de quantidades de serviços de áudio e vídeo necessários, é essencial considerar a infraestrutura da instituição, o número de salas e auditórios e a frequência de uso dos equipamentos.

Atualmente o Centro Paula Souza possui:

2 (dois) Auditórios – Auditório Elisete - capacidade para 88 (oitenta e oito) pessoas,

Auditório Lupércio - capacidade de 286 (duzentos e oitenta e seis) pessoas;

Espaços de Eventos (5 espaços) - Capacidade 50 pessoas aproximadamente;

Salas de Conferência (7 salas) – Capacidade de no máximo 12 pessoas.

Tendo como base os anos de 2024 e parte de 2025, o atual serviço de áudio e vídeo atendeu a 255 (duzentos e cinquenta e cinco) eventos.

O ano de 2025 não foi utilizado em sua totalidade, pois devido um problema elétrico, os espaços só foram liberados para eventos a partir de agosto/25.

Os serviços são prestados por meio de agendamento, com isso os profissionais possuem tempo necessário para a instalação/montagem /desmontagem de todos os equipamentos que o solicitante necessita para realizar seu evento.

Com base nos eventos realizados pela Administração Central, observamos que para atender a demanda serão necessários 02 (dois) profissionais, uma vez que por diversas vezes temos eventos simultâneos.

Os colaboradores, que terão postos fixos na Sede Administrativa, e os serviços deverão ser prestados de acordo com as categorias profissionais, o que compreende 40 horas semanais, quantitativos e horários abaixo determinados:

Categoria Profissional	Quant.	Carga horária
Serviço Operacional em Eventos – Operador de Equipamentos Audiovisuais	2	2ª a 6ª feira – 40h semanais

Essa estimativa abrangente cobre as principais necessidades de montagem/desmontagem e acompanhamento de áudio e vídeo da instituição, garantindo que todas as salas de reuniões, auditórios, salas de conferência, espaços de eventos e escritórios administrativos estejam bem equipados para seus eventos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Estimativa do Valor da Contratação Para a visualização da estimativa dessa contratação pretendida para o ano de 2025, entende-se que nesse momento de estudo sobre o caso, pode ser considerado o valor da contratação anterior firmado no ano de 2024, conforme preço constante no Apêndice II – Estimativa do valor da contratação – classificado como sigiloso. Nesse sentido, tal valor não se refere ao estimado para fundamentar a oportuna contratação, cujas pesquisas de preço serão realizadas em momento oportuno nos termos do Decreto 67.888/2023. Para o caso do preço que fundamentará a licitação, entende-se pela preservação do sigilo dos valores referenciais, nos termos do artigo 24 da Lei 14.133/2021, inclusive das planilhas contendo os preços unitários por profissionais, sem prejuízo da revelação dos quantitativos, pois se os concorrentes conhecerem desses montantes, provavelmente, passarão a ofertar valores com mínima margem de redução, o que poderá inviabilizar a possibilidade de a Administração conseguir melhores ofertas, inclusive, com preços mais compatíveis ao mercado. Além disso, essa preservação fará com que a disputa seja mais competitiva, o que resguardará o erário, já que, ao contrário, poderia desestimular os concorrentes, pois balizariam suas ofertas de acordo com o valor referencial divulgado, o que inibiria uma negociação mais efetiva para galgar mais descontos. ]

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que o serviço consiste em apenas um objeto a ser prestado por empresa especializada, não há vantajosidade econômica no parcelamento do objeto. O parcelamento da solução não trará ampliação da competitividade, visto que a natureza do serviço pertence a um mesmo nicho de mercado, isto é, o de empresas de Áudio e Vídeo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra contratações correlatas ou interdependentes, tendo em vista que a contratação em apreço visa os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda foi incluída no Plano de Contratações Anual – PCA de 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 62823257000109-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 27/06/2025

III) Id do item no PCA: 162

IV) Classe/Grupo: 961

V) Identificador da Futura Contratação: 102401-215/2026

O CPS não possui ainda o Plano de Logística Sustentável, todavia, para esse objeto serão verificados os critérios de sustentabilidade e eventuais impactos ambientais, impondo, se for o caso, obrigações à contratada.”

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação em apreço supri a necessidade contínua de serviço de áudio e vídeo, garantindo que sempre que solicitado as salas de reuniões, auditórios, salas de conferência, espaços de eventos e escritórios administrativos tenham um trabalho de excelência, prestado por um profissional qualificado para manusear os equipamentos disponíveis de forma correta, evitando atrasos nos eventos e mau uso dos equipamentos.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para a celebração do contrato, relacionado à execução dos serviços, o CEETEPS deverá:

- a) Designar o gestor e o fiscal do contrato, nos termos da lei;
- b) Permitir acesso aos profissionais da contratada; e
- c) Fornecer as informações técnicas pertinentes.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

O impacto ambiental dos serviços de áudio e vídeo está relacionado à produção, consumo e descarte dos equipamentos eletrônicos, bem como à energia utilizada para a transmissão e reprodução de conteúdo online. A produção de aparelhos de áudio e vídeo envolve o uso de metais pesados, que podem contaminar o solo e a água se descartados incorretamente. O streaming de música e vídeo exige grande consumo de energia para a infraestrutura de dados e a reprodução, o que pode aumentar as emissões de carbono. Além disso, a poluição sonora, um dos impactos ambientais dos serviços de áudio, pode afetar a vida selvagem e a saúde humana.

### Produção e Descarte de Equipamentos:

**Impacto:** A produção de aparelhos de áudio e vídeo (como fones de ouvido, alto-falantes, TVs e etc.), envolve o uso de metais pesados (chumbo, mercúrio e etc.), que podem contaminar o meio ambiente se descartados de forma inadequada. O descarte incorreto de eletrônicos contribui para a poluição do solo e da água, além de liberar substâncias tóxicas para a atmosfera.

**Mitigação:** Promover a reciclagem e o descarte correto de eletrônicos para evitar a contaminação do meio ambiente.

### Consumo de Energia e Emissões de Carbono:

**Impacto:** O streaming de música e vídeo exige grande consumo de energia para alimentar a infraestrutura de dados (servidores, redes de comunicação, etc.). A energia utilizada para a reprodução de conteúdo online pode aumentar as emissões de carbono, contribuindo para o aquecimento global.

**Mitigação:** Para reduzir o impacto ambiental do streaming, optar por fontes de energia renovável e utilizar tecnologias mais eficientes.

### Poluição Sonora:

**Impacto:** A poluição sonora, um dos impactos ambientais dos serviços de áudio, pode afetar a vida selvagem, perturbando seus padrões de reprodução e causando estresse. A poluição sonora também pode afetar a saúde humana, causando problemas como perda auditiva, irritabilidade e insônia.



**Mitigação:** Controlar o volume dos aparelhos e evitar a exposição excessiva a ruídos altos para reduzir os impactos na saúde e no meio ambiente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCIA REGINA GALLEGOS COSTA**

Equipe técnica

**JANE PAULA DE CARVALHO**

Equipe técnica

**DOROTI MASULIM INFANTE DE MELLO**

equipe tecnica